

EPISTEMOLOGIA AFROCENTRADA: SABERES ANCESTRAIS, EDUCAÇÃO, SUSTENTABILIDADE E JUSTIÇA EPISTEMOLÓGICA (FUNDAMENTOS E APLICAÇÕES)¹

AFRO-CENTERED EPISTEMOLOGY: ANCESTRAL KNOWLEDGE, EDUCATION, SUSTAINABILITY AND EPISTEMOLOGICAL JUSTICE (FUNDAMENTALS AND APPLICATIONS)

EPISTEMOLOGÍA AFROCENTRADA: CONOCIMIENTOS ANCESTRALES, EDUCACIÓN, SOSTENIBILIDAD Y JUSTICIA EPISTEMOLÓGICA (FUNDAMENTOS Y APLICACIONES)

Sérgio Nunes de Jesus², Edmilson Maria de Brito³, Reginaldo Conceição da Silva⁴, Suzenir Aguiar da Silva⁵, Shyrley de Almeida Alves⁶, Simone Marçal Quintino⁷

¹ ¹O presente texto é parte integrante do Macro Projeto de Ensino, Pesquisa, Extensão – NEABI-IFRO, *campus* Cacoal que tem como tema central norteador a *Cultura Popular, Memória e Construção Identitária em Comunidades Tradicionais da Amazônia Rondoniense* e foi finalizado em parcerias com o grupo de pesquisa *Língua[gem], Cultura e Sociedade: Saberes e Práticas Discursivas na Amazônia* [DGP/CNPq-PDA-IFRO]; do *Mini Laboratório Nova Cartografia Social: Processos de Territorialização, Identidades Coletivas e Movimentos Sociais* [UEA]; bem como do PPGAgro-UNIR, *campus* Cacoal.

²Pós-Doutor em Cartografia Social pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Pós-Doutor em Ciências da Educação pela Universidade de Flores (UFLO), Doutor em Estudos da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Doutor em Ciências da Educação pela Universidad Tecnológica Intercontinental (UTIC), Mestre em Science in Legal Studies, Emphasis in International Law pela Miami University of Science and Technology (MUST), Mestre em Linguística pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Especialista em Direito Internacional pela Faculdade de Ciências Educacionais (FACEO), Especialista em Antropologia Brasileira pela Faculdade de Minas (FAMART), Especialista em História da Cultura Indígena e Afro-Brasileira pela Faculdade de Minas (FAMART), Especialista em Língua Portuguesa: Redação e Oratória pelo Centro Universitário Barão de Mauá (CUBM), Licenciado em História pelo Centro Universitário Cidade Verde (UNICV), Licenciado em Letras Português/Inglês/Literaturas pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB/FFCLC), Cacoal, Rondônia, Brasil. E-mail: grupo.pda.ifro@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8255-751X>

³Doutor em Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES), Mestre em Administração pela Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais (FEAD), MBA em Planejamento Financeiro para Cooperativas de Crédito pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), Graduado em Administração de Empresas pela Faculdade de Pimenta Bueno (FAP), Cacoal, Rondônia, Brasil. E-mail: edmilson.brito@ifro.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4307-0650>

⁴Doutor em Geografia pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Mestre em Cartografia Social e Ciências Políticas da Amazônia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Licenciado em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Tabatinga, Amazonas, Brasil. E-mail: resilva@uea.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7158-8185>

⁵Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestra em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Graduada em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Cacoal, Rondônia, Brasil. E-mail: suzi@unir.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4748-3970>

⁶Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Mestra em Psicologia pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Especialista em Administração e Gerenciamento Escolar pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Graduada em História pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, Rondônia, Brasil. E-mail: shyrley.alves@ifro.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8942-3234>

⁷Doutora em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Mestra em Ciências da Saúde pela Universidade de Brasília (UnB), Especialista em Gestão Financeira, Gestão Empresarial e Docência do Ensino Superior pela Faculdade de Pimenta Bueno (FAP), Especialista em Gestão

DOI: 10.54899/dcs.v23i92.6184

Recibido: 16/06/2026 | Aceptado: 09/07/2026 | Publicación en línea: 16/07/2026.

RESUMO

O presente texto analisa a *epistemologia afrocentrada* como perspectiva teórica e prática voltada à valorização dos saberes africanos e afrodescendentes, contrapondo-se à hegemonia eurocêntrica na produção do conhecimento. O estudo destaca que essa abordagem promove a descolonização epistemológica ao reconhecer a centralidade da África e da diáspora africana na construção histórica, cultural, científica e social. Fundamentada nos pilares da perspectiva afrocentrada, do conhecimento ancestral, da interconexão, da comunalidade e da descolonização; assim, a pesquisa evidencia a importância da valorização das experiências comunitárias, da oralidade e das práticas culturais tradicionais. No campo educacional, a epistemologia afrocentrada contribui para currículos inclusivos, fortalecimento identitário e promoção da justiça social. Na saúde, ressalta-se a relevância dos conhecimentos ancestrais africanos, especialmente das práticas integrativas e da visão holística do cuidado humano. Em relação ao desenvolvimento sustentável, o texto demonstra que os princípios africanos de coletividade e equilíbrio com a natureza favorecem práticas ambientais éticas e sustentáveis. Nesse contexto, consideramos que, a epistemologia afrocentrada constitui instrumento de transformação social, cultural e educacional, fortalecendo a diversidade, a justiça epistemológica e a valorização das identidades historicamente marginalizadas.

Palavras-chave: Epistemologia Afrocentrada. Descolonização do Conhecimento. Educação Inclusiva. Conhecimento Ancestral. Sustentabilidade.

ABSTRACT

This paper analyzes Afrocentric epistemology as a theoretical and practical perspective aimed at valuing African and Afro-descendant knowledge, countering Eurocentric hegemony in knowledge production. The study highlights that this approach promotes epistemological decolonization by recognizing the centrality of Africa and the African diaspora in historical, cultural, scientific, and social construction. Grounded in the pillars of the Afrocentric perspective, ancestral knowledge, interconnectedness, communality, and decolonization, the research underscores the importance of valuing community experiences, orality, and traditional cultural practices. In the educational field, Afrocentric epistemology contributes to inclusive curricula, identity strengthening, and the promotion of social justice. In health, it emphasizes the relevance of African ancestral knowledge, especially integrative practices and the holistic view of human care. Regarding sustainable development, the text shows that African principles of collectivity and balance with nature foster ethical and sustainable environmental practices. In this context, we argue that Afrocentric epistemology constitutes an instrument of social, cultural, and educational transformation, strengthening diversity, epistemic justice, and the valorization of historically marginalized identities.

de Recursos Humanos pela Universidade Candido Mendes (UCAM), Graduada em Administração pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Cacoal, Rondônia, Brasil. E-mail: simone.marcal@unir.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3134-5530>

Keywords: Afrocentric Epistemology. Decolonization of Knowledge. Inclusive Education. Ancestral Knowledge. Sustainability.

RESUMEN

El presente texto analiza la epistemología afrocéntrica como perspectiva teórica y práctica orientada a la valorización de los saberes africanos y afrodescendientes, contraponiéndose a la hegemonía eurocéntrica en la producción del conocimiento. El estudio destaca que este enfoque promueve la descolonización epistemológica al reconocer la centralidad de África y de la diáspora africana en la construcción histórica, cultural, científica y social. Fundamentada en los pilares de la perspectiva afrocéntrica, del conocimiento ancestral, de la interconexión, de la comunalidad y de la descolonización, la investigación evidencia la importancia de la valorización de las experiencias comunitarias, de la oralidad y de las prácticas culturales tradicionales. En el campo educativo, la epistemología afrocéntrica contribuye a currículos inclusivos, al fortalecimiento identitario y a la promoción de la justicia social. En la salud, se resalta la relevancia de los conocimientos ancestrales africanos, especialmente de las prácticas integrativas y de la visión holística del cuidado humano. En relación con el desarrollo sostenible, el texto demuestra que los principios africanos de colectividad y equilibrio con la naturaleza favorecen prácticas ambientales éticas y sostenibles. En este contexto, consideramos que la epistemología afrocéntrica constituye un instrumento de transformación social, cultural y educativa, fortaleciendo la diversidad, la justicia epistémica y la valorización de las identidades históricamente marginadas.

Palabras clave: Epistemología Afrocéntrica. Descolonización del Conocimiento. Educación Inclusiva. Conocimiento Ancestral. Sostenibilidad.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

A produção do conhecimento tem sido historicamente marcada pela centralidade eurocêntrica, que relegou saberes e experiências de povos africanos e afrodescendentes ao lugar marginal ou secundário. Nesse contexto, a epistemologia afrocentrada surge como movimento intelectual e metodológico, que visa reposicionar a África e a diáspora africana como protagonistas na construção do saber, oferecendo-se novas perspectivas para compreender a história, a cultura, a educação, a ciência e a sociedade.

Assim, pode se dizer que a epistemologia afrocentrada não se limita a revisão acadêmica; é também proposta de emancipação cultural, social e intelectual, que busca descolonizar o conhecimento e desafiar estruturas históricas de dominação. Isto é, conforme traz Asante (2023, p. 15): “Colocar a África no centro do discurso intelectual não é apenas uma questão de justiça

histórica, mas uma necessidade epistemológica para a construção de paradigmas coerentes com as experiências africanas”.

A título conceitual, esse fundamenta-se em cinco pilares: perspectiva afrocentrada, conhecimento ancestral, interconexão, communalidade e descolonização. A perspectiva afrocentrada propõe que as análises e interpretações sobre os fenômenos sociais, culturais e históricos considerem o ponto de vista africano e da diáspora africana. Nesse sentido, as experiências, práticas culturais e intelectuais de povos africanos não são apenas elementos suplementares, mas constituem a base da produção de conhecimento legítima e coerente com a própria realidade que, ao reconhecer a centralidade africana na narrativa histórica, a epistemologia afrocentrada contribui para o fortalecimento da identidade cultural e para a construção de uma consciência crítica que questiona a hegemonia ocidental na academia (Asante, 2023).

Outro pilar fundamental, é o conhecimento ancestral que se refere aos saberes acumulados e transmitidos pelas gerações africanas por meio da oralidade, de práticas culturais, rituais e experiências comunitárias. A medicina tradicional africana, por exemplo, representa a forma de conhecimento sistematizado que integra aspectos espirituais, físicos e sociais da vida, pois oferece soluções que, muitas vezes são negligenciadas pelos paradigmas científicos modernos. Esse conhecimento ancestral não se opõe à ciência contemporânea, mas propõe a visão complementar, em que a tradição e a modernidade dialogam para gerar práticas inclusivas e culturalmente sensíveis (Janzen, 2002).

A medicina tradicional africana constitui um sistema coerente de saberes, no qual o corpo, o espírito e a comunidade são dimensões interligadas do mesmo processo vital, revelando uma racionalidade própria que não pode ser reduzida aos parâmetros biomédicos ocidentais (Janzen, 2002, p. 45).

A interconexão, por sua vez, constitui elemento central da epistemologia afrocentrada. Diferentemente da abordagem fragmentada típica da ciência ocidental, a visão africana tradicional reconhece a interdependência entre seres humanos, meio ambiente, cosmos e comunidade. Dessa maneira, Diop (1987) observa que a compreensão africana do mundo não separa o social, o natural e o espiritual, mas os entende como dimensões integradas da vida. Essa perspectiva promove a visão holística do conhecimento, essencial para enfrentar desafios contemporâneos relacionados à sustentabilidade, ao desenvolvimento comunitário e à preservação cultural.

O princípio da comunalidade reforça a importância da coletividade na produção e compartilhamento do conhecimento. Sendo assim, Nkrumah (1964) em *Consciencismo*, argumenta que o conhecimento não é propriedade individual isolada, mas um bem construído e compartilhado no seio da comunidade.

Assim, a epistemologia afrocentrada valoriza práticas colaborativas, fortalecendo-se vínculos sociais e incentivando-se soluções coletivas para problemas sociais, ambientais e econômicos. Essa abordagem desafia paradigmas individuais e competitivos, evidenciando-se que, o conhecimento é inseparável das relações humanas e da responsabilidade comunitária. Logo, a descolonização do conhecimento é o objetivo central da epistemologia afrocentrada. Ao analisar o orientalismo, Said (1978) demonstra como discursos eurocêntricos moldaram a percepção sobre outras culturas, deslegitimando-se experiências locais e criando-se hierarquias de conhecimento. Nesse sentido, a epistemologia afrocentrada constitui a estratégia para resgatar a pluralidade de perspectivas e garantir justiça epistemológica.

A relevância dessa abordagem se manifesta em múltiplos campos. Na educação, possibilita currículos inclusivos e representativos, valorizando-se culturas africanas e afrodescendentes e promovendo-se a identidade cultural dos estudantes (Nascimento, 2018). Na saúde, o conhecimento ancestral africano oferece práticas integrativas e complementares que fortalecem o bem-estar coletivo (Janzen, 2002). Na sustentabilidade, a interconexão com a natureza orienta práticas de preservação ambiental e desenvolvimento comunitário (Maathai, 2014). Desse modo, a epistemologia afrocentrada não é apenas reflexão teórica, mas prática transformadora que articula conhecimento, cultura, ética e ação social.

EPISTEMOLOGIA AFROCENTRADA E EDUCAÇÃO

Sobre esse aspecto, a educação, enquanto espaço de formação intelectual, social e cultural, tem historicamente reproduzido perspectivas eurocêntricas, que silenciaram ou minimizaram saberes e práticas provenientes da África e da diáspora africana. Nesse contexto, a epistemologia afrocentrada surge como ferramenta para transformar a educação, propondo-se a reorganização do currículo, da prática pedagógica e da relação entre educador e educando, de modo a colocar a África no centro da produção do conhecimento que, ao adotar essa perspectiva, a escola não apenas promove justiça histórica e social, mas também fortalece a identidade cultural de estudantes afrodescendentes, valorizando-se a herança cultural e intelectual (Asante, 2023).

Além disso, a aplicação da epistemologia afrocentrada na educação envolve diversas dimensões. Primeiramente, trata-se de reconhecer e integrar saberes africanos e afrodescendentes ao currículo escolar, de forma a tornar visíveis contribuições históricas, científicas, artísticas e filosóficas, que muitas vezes foram omitidas ou distorcidas nos livros didáticos tradicionais. Esse processo vai além da inclusão simbólica de conteúdos; implica uma revisão crítica das práticas pedagógicas, incentivando-se o aprendizado ativo, experiencial e contextualizado (Nascimento, 2018).

A representatividade é o elemento central dessa abordagem. Ao observar o currículo escolar sob perspectiva afrocentrada, os estudantes têm acesso a conteúdo que refletem a própria história e cultura, o que contribui significativamente para a construção da autoestima e da identidade cultural. Logo, ao colocar a África no centro do conhecimento, não é apenas reivindicação simbólica, mas necessidade epistemológica: ao reconhecer as contribuições africanas, a educação promove a compreensão completa e justa da história mundial. Portanto, essa abordagem favorece o diálogo intercultural, preparando-se os estudantes para viverem em sociedades plurais e promovendo-se o respeito à diversidade (Asante, 2023).

Vejam: “Colocar a África no centro do discurso intelectual é uma necessidade epistemológica, pois permite que a contribuição africana para a civilização mundial seja reconhecida, promovendo uma compreensão mais equilibrada e justa da história” (Asante, 2003, p. 47).

A prática pedagógica, nesse contexto, deverá se apoiar em metodologias ativadoras e participativas, que incorporem a oralidade, a literatura, a música, as artes visuais e as experiências culturais da diáspora africana como recursos didáticos. Principalmente, as estratégias como contação de histórias, dramatizações, rodas de conversa e projetos comunitários possibilitam a aprendizagem significativa, integrando-se o conhecimento acadêmico aos saberes cotidianos das comunidades. Ao conectar teoria e prática, a epistemologia afrocentrada promove não apenas a aquisição de conhecimento, mas também o engajamento crítico e a capacidade de aplicar saberes em contextos reais (Nascimento, 2018).

Imagem 1: Aula na escolinha Maria Felipa, em Salvador (BA).



Fonte: Reprodução RFI (2025).

Disponível em: <<https://primeirosnegros.com/escolinha-maria-felipa/>>

Acesso em: 11 out. 2025.

Um dos elementos essenciais para a efetiva incorporação da epistemologia afrocentrada na educação, é a formação docente. Não basta apenas revisar currículos ou inserir conteúdos afrocentrados; é necessário que os professores compreendam os princípios teóricos e as práticas pedagógicas dessa abordagem. A formação docente deve, portanto, contemplar não apenas o conhecimento histórico e cultural africano, mas também o processo de reflexão crítica sobre preconceitos epistemológicos. Isso significa que os educadores precisam reconhecer e questionar paradigmas eurocêntricos que, historicamente moldaram a educação e a produção de conhecimento, marginalizando-se as contribuições africanas e afrodescendentes.

Além disso, a capacitação deverá incluir a compreensão dos processos de descolonização do conhecimento, permitindo-se que, os professores integrem saberes africanos de maneira ética, responsável e contextualizada. Isso envolve selecionar conteúdos que respeitem a diversidade cultural, utilizar métodos pedagógicos participativos e promover ambiente em que as identidades culturais sejam valorizadas. Ao adquirir essas habilidades, os educadores tornam-se mediadores do conhecimento, capazes de criar espaços de aprendizagem inclusivos, estimulantes e culturalmente sensíveis, nos quais os estudantes se sintam representados e engajados. Como observa Asante (2023), a educação afrocentrada exige que os professores não sejam meros transmissores de informações, mas agentes conscientes da história, cultura e epistemologia africana, capazes de integrar saberes de forma crítica e contextualizada.

Isso porque a formação docente não é apenas etapa preparatória, mas processo contínuo de desenvolvimento profissional e pessoal, uma vez que, fortalece a capacidade do professor de articular teoria e prática, estimulando-se o pensamento crítico, a valorização da diversidade e a

construção da comunidade escolar inclusiva e equitativa. Nesse sentido, a implementação da epistemologia afrocentrada depende diretamente do compromisso dos educadores em se engajar com os princípios dessa abordagem, tornando-se protagonistas na promoção da educação que respeite, represente e valorize a pluralidade cultural.

Soma-se ainda, que a epistemologia afrocentrada também contribui para a educação informal, ampliando-se o impacto da aprendizagem para além da sala de aula. Espaços culturais, centros comunitários, museus e projetos educativos nas comunidades podem se beneficiar da perspectiva afrocentrada, pois oferece experiências que valorizam a história, a arte e os saberes afrodescendentes, uma vez que, a integração de atividades culturais e comunitárias no processo educativo fortalece os vínculos sociais, promove a participação ativa e contribui para a formação de cidadãos críticos e conscientes das raízes culturais (Nascimento, 2018).

Imagem 2: Atividade coletiva realizada no Projeto Mulheres Rurais.



Fonte: @moc_movimento (2025).

Disponível em: <<https://www.moc.org.br/publicacao/geral/3711/moc-iniciou-o-processo-de-selecao-das-beneficiarias-do-projeto-mulheres-rurais-autonomia-alimentacao-e-vidas-saudaveis/>>. Acesso em: 31 mai. 2026.

Além disso, a abordagem afrocentrada na educação, tem impactos positivos na redução das desigualdades educacionais, pois ao valorizar saberes tradicionalmente marginalizados, promove-se ambiente equitativo, no qual estudantes negros reconhecem a capacidade de produzir conhecimento relevante e são incentivados a se engajar academicamente. Essa perspectiva também desafia estereótipos e preconceitos, promovendo-se a inclusão e a equidade de oportunidades (Asante, 2023).

Sendo assim, propõe o modelo pedagógico que valoriza a centralidade africana, o conhecimento ancestral, a interconexão e a communalidade. Ao integrar essas dimensões, a educação torna-se espaço de empoderamento cultural, desenvolvimento crítico e justiça epistemológica. Assim, a prática afrocentrada na educação formal e informal fortalece a

identidade cultural dos estudantes, promove a representatividade, estimula a participação ativa e contribui para a construção de sociedades inclusivas e equitativas. Portanto, a epistemologia afrocentrada se apresenta não apenas como teoria, mas como ferramenta prática para transformar a educação e, consequentemente, a sociedade.

CONHECIMENTO ANCESTRAL E SAÚDE

Por conseguinte, o conhecimento ancestral africano constitui a dimensão central da epistemologia afrocentrada, refletindo-se a sabedoria transmitida ao longo de gerações por meio da oralidade, rituais, práticas culturais e observações da natureza. Esse conhecimento não apenas integra dimensões espirituais, sociais e ecológicas, mas também oferece soluções eficazes para o cuidado com a saúde e o bem-estar das comunidades. Pontua-se ainda, que a medicina tradicional africana representa sistema complexo e articulado, em que a cura não se restringe à intervenção sobre o corpo físico, mas envolve equilíbrio entre mente, espírito, sociedade e meio ambiente. Assim, a valorização do conhecimento ancestral africano é essencial para a ampliação da compreensão da saúde de maneira holística e inclusiva (Janzen, 2002).

É válido observar que, a medicina tradicional africana, utiliza variedade de recursos terapêuticos, incluindo-se plantas medicinais, práticas espirituais, rituais de purificação e aconselhamento comunitário. Esses métodos são baseados em observações empíricas e experiências acumuladas ao longo de séculos, e demonstram eficácia no tratamento de doenças físicas, emocionais e espirituais. Dessa forma, a integração desses saberes à medicina contemporânea, representa a oportunidade de construir sistemas de saúde inclusivos e culturalmente sensíveis, respeitando-se a diversidade de epistemologias sobre o cuidado humano (Janzen, 2002).

Além do aspecto terapêutico, o conhecimento ancestral desempenha papel preventivo significativo. Nas sociedades africanas, a saúde é concebida como estado de harmonia entre indivíduo, comunidade e natureza. A compreensão africana do corpo humano e da doença não se limita à anatomia ou fisiologia isolada, mas considera fatores sociais, ambientais e espirituais como determinantes da saúde. Essa perspectiva contrasta com abordagens biomédicas estritamente mecanicistas, visto que, oferece alternativas que valorizam a prevenção, a manutenção de hábitos de vida saudáveis e a integração com práticas culturais locais (Diop, 1987).

Complementa Santos (2019), que:

O conhecimento ancestral representa uma epistemologia própria, baseada na circularidade, na oralidade e na comunhão com o meio desafiando assim as epistemologias ocidentais que fragmentam o saber e desconsideram os aspectos simbólicos do cuidado. Essa perspectiva permite compreender a saúde como uma experiência coletiva e integral, e não apenas como ausência de enfermidade (Santos, 2019, p. 23).

A transmissão do conhecimento ancestral, ocorre predominantemente por via oral e prática comunitária, envolvendo-se processos de aprendizagem observacionais, mentoria e participação em rituais. Inclusive, os curandeiros tradicionais, chamados de ngangas ou herbalistas, desempenham papel crucial na preservação e disseminação desses saberes, garantindo-se que, práticas terapêuticas sejam adaptadas às necessidades locais e transmitidas de forma ética. A preservação desse conhecimento é ato de resistência cultural, uma vez que, o colonialismo e a imposição de paradigmas ocidentais historicamente desvalorizaram essas tradições (Janzen, 2002).

A integração do conhecimento ancestral africano com a medicina moderna, tem sido objeto de crescente interesse acadêmico e social. Estudos demonstram que o reconhecimento de práticas tradicionais, quando aliado a protocolos de saúde baseados em evidências, pode aumentar a eficácia dos tratamentos, fortalecer vínculos comunitários e promover a saúde coletiva. Por exemplo, em contextos rurais e periféricos, a utilização de plantas medicinais combinada com orientações médicas contemporâneas tem demonstrado resultados positivos na redução de doenças comuns, na promoção do bem-estar e na conscientização sobre hábitos de vida saudáveis (Asante, 2023).

Outro aspecto relevante do conhecimento ancestral, é a dimensão espiritual da saúde. Nas tradições africanas, o equilíbrio energético, a conexão com os ancestrais e a participação em rituais comunitários são fundamentais para o bem-estar. Essa visão integral da saúde amplia o conceito biomédico, incluindo-se dimensões psicológicas, sociais e espirituais. Ao reconhecer a importância da espiritualidade na cura, os sistemas de saúde contemporâneos podem se tornar humanizados, respeitando-se a diversidade cultural e fortalecendo-se a relação paciente-profissional (Janzen, 2002).

A preservação e valorização do conhecimento ancestral, também estão ligadas à descolonização do saber em saúde. Durante séculos, práticas tradicionais foram desconsideradas e marginalizadas em razão de políticas coloniais e epistemologias eurocêntricas que

consideravam tais saberes inferiores ou supersticiosos. A epistemologia afrocentrada propõe resgatar esses conhecimentos, reconhecendo-se a validade científica, cultural e social. Ao fazer isso, promove-se a justiça epistemológica, que beneficia não apenas as comunidades africanas e afrodescendentes, mas a sociedade como o todo, ao ampliar o repertório de soluções para a saúde humana (Asante, 2023).

Além disso, a aplicação de conhecimentos ancestrais na saúde, contribui para a sustentabilidade e preservação ambiental, uma vez que, as práticas envolvem o uso responsável de plantas medicinais e a manutenção de ecossistemas locais. Nesse sentido, Maathai (2014) enfatiza que, o respeito pela natureza e a utilização sustentável de recursos naturais são princípios centrais das tradições africanas, promovendo-se saúde e equilíbrio ecológico simultaneamente. Assim, o conhecimento ancestral conecta saúde, cultura e meio ambiente, pois oferece modelo integrado que responde às demandas contemporâneas por práticas sustentáveis e holísticas (Maathai, 2014).

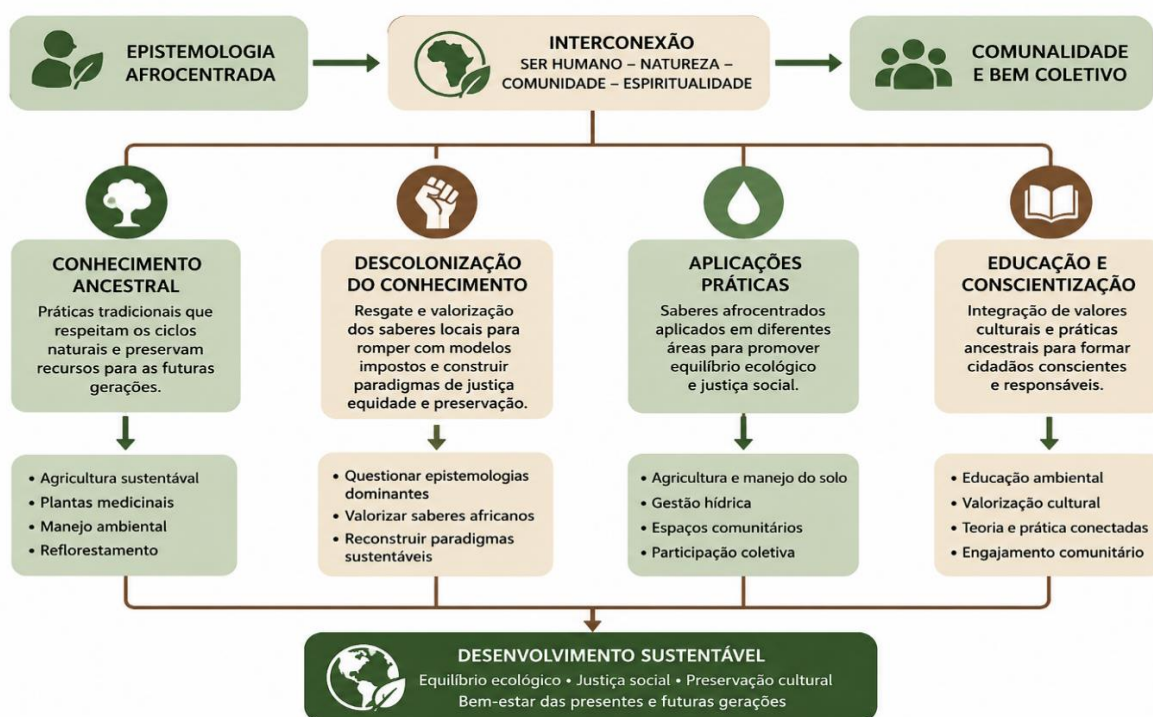
Consequentemente, a valorização dos saberes ancestrais tem se mostrado essencial para o fortalecimento das políticas públicas de saúde voltadas às populações tradicionais. O Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), reconhece o papel das medicinas tradicionais e da fitoterapia como instrumentos legítimos de cuidado. Essa integração reflete a mudança paradigmática que, segundo Capra (2014, p. 27), “[...] busca reconciliar o conhecimento científico com as sabedorias antigas, promovendo uma visão ecológica e interconectada do mundo”. Assim, possibilita o diálogo entre ciência e tradição na construção de práticas de saúde humanizadas, sustentáveis e culturalmente sensíveis.

Em síntese, o conhecimento ancestral africano constitui recurso essencial para a promoção da saúde e do bem-estar, integrando-se dimensões físicas, sociais, espirituais e ambientais. Avalorização e integração aos sistemas de saúde modernos contribuem para práticas inclusivas, humanizadas e sustentáveis, fortalecendo-se a autonomia comunitária e a preservação cultural. A epistemologia afrocentrada, ao reconhecer a relevância desses saberes, reforça a importância de resgatar, proteger e aplicar o conhecimento ancestral como instrumento de transformação social e de justiça epistemológica.

EPISTEMOLOGIA AFROCENTRADA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em relação ao conceito de desenvolvimento sustentável, este tornou-se central nos debates contemporâneos sobre meio ambiente, economia e sociedade, especialmente frente às crises ecológicas e às desigualdades sociais globais. Nesse contexto, a epistemologia afrocentrada oferece contribuições significativas ao propor a abordagem integrada e culturalmente enraizada, que valoriza a interconexão entre seres humanos, natureza e comunidade.

Figura 1: Epistemologia e Desenvolvimento Sustentável.



Fonte: Elaborado pelos autores e desenvolvido pela IA.

Disponível em: <<https://chatgpt.com/c/6a1c2c06-7278-83e9-a067-29b096886751>>

Acesso em: 31 mai. 2026.

Como observa Maathai (2014), líder ambiental e ativista africana, o desenvolvimento sustentável não pode ser desvinculado da cultura, da identidade e da história dos povos; apenas reconhecendo-se essa conexão é possível promover soluções efetivas e duradouras.

Dessa forma, a epistemologia afrocentrada fundamenta-se em princípios que contribuem diretamente para práticas sustentáveis. Primeiramente, a interconexão é o elemento central: os sistemas de conhecimento africanos, tradicionalmente entendem que os seres humanos, animais, plantas e forças espirituais estão interligados e que qualquer desequilíbrio em uma dimensão

impacta o ecossistema. Esse entendimento holístico, diferencia-se das abordagens fragmentadas e utilitaristas típicas do pensamento ocidental, pois oferece a visão de sustentabilidade que incorpora ética, espiritualidade, práticas sociais e preservação ambiental (Diop, 1987).

Outro pilar relevante é o conhecimento ancestral, que se manifesta em práticas agrícolas, medicinais e de manejo ambiental que respeitam os ciclos naturais e garantem a conservação de recursos para as gerações futuras. Inclusive, destaca-se a importância de árvores e florestas na manutenção da vida, ressaltando-se que, práticas tradicionais africanas de reflorestamento e cultivo sustentável não apenas preservam ecossistemas, mas também fortalecem a economia local e a coesão comunitária. A integração desses saberes com políticas modernas de desenvolvimento sustentável, evidência como a epistemologia afrocentrada pode fornecer soluções inovadoras para desafios contemporâneos (Maathai, 2014).

A centralidade da coletividade na produção e aplicação do conhecimento, também é fator-chave na sustentabilidade. O desenvolvimento deve considerar os interesses coletivos e não apenas individuais, reconhecendo-se que, o bem-estar da comunidade está intimamente ligado à preservação do meio ambiente e à distribuição equitativa de recursos. Em sociedades africanas tradicionais, decisões relacionadas à agricultura, manejo da água e uso de recursos naturais são tomadas de forma comunitária, garantindo-se que, práticas sustentáveis sejam implementadas de maneira ética e inclusiva (Nkrumah, 1964).

Além disso, a descolonização do conhecimento desempenha papel fundamental na promoção do desenvolvimento sustentável, visto que, o colonialismo impôs modelos de exploração ambiental e econômica que ignoravam os saberes locais, resultando-se em degradação ecológica e desigualdade social. Ao resgatar e valorizar práticas tradicionais africanas, a epistemologia afrocentrada contribui para reconstruir paradigmas de desenvolvimento baseados em justiça, equidade e preservação ambiental. Logo, a imposição de epistemologias ocidentais, moldou não apenas a política e a economia, mas também a forma como se compreendem os recursos naturais e os territórios colonizados. Nesse sentido, descolonizar o conhecimento é essencial para criar estratégias de desenvolvimento sustentável que sejam culturalmente apropriadas e ecologicamente viáveis (Asante, 2023; Said, 1978).

Em consonância, a aplicação prática da epistemologia afrocentrada no desenvolvimento sustentável, envolve múltiplas áreas. Na agricultura, práticas tradicionais de rotação de culturas, uso de plantas nativas e manejo comunitário do solo, têm se mostrado eficazes na manutenção da produtividade sem comprometer a biodiversidade. Na gestão hídrica, técnicas ancestrais de

captação de água da chuva e conservação de nascentes demonstram eficácia na preservação de recursos escassos. No contexto urbano, a valorização de espaços comunitários e o incentivo à participação coletiva em projetos ambientais refletem os princípios de interconexão, fundamentais para a sustentabilidade social e ecológica (Maathai, 2014).

Sob esse prisma, o desenvolvimento sustentável, quando visto à luz da epistemologia afrocentrada, ultrapassa a noção de crescimento econômico e incorpora dimensões sociais e culturais fundamentais. O saber africano ancestral, baseado em valores como a *Ubuntu* ‘eu sou porque nós somos’, aponta para o modelo de desenvolvimento que prioriza o bem coletivo e a coexistência equilibrada com o ambiente. Conforme Mbiti (1990), a pessoa só existe na medida em que participa da comunidade⁸, o que evidencia a impossibilidade de pensar sustentabilidade sem considerar a interdependência entre seres humanos, natureza e espiritualidade.

Além disso, contribui para a educação ambiental. Ao integrar valores culturais africanos e práticas ancestrais no currículo escolar e em programas comunitários, é possível formar cidadãos conscientes da importância da preservação ambiental e do impacto das ações sobre o meio ambiente e a sociedade. Assim, a educação afrocentrada promove a aprendizagem que conecta teoria e prática, fortalecendo-se o engajamento comunitário e a responsabilidade socioambiental (Nascimento, 2018).

A conexão entre conhecimento ancestral, descolonização e desenvolvimento sustentável, também se manifesta na resiliência comunitária. Comunidades que preservam práticas tradicionais de manejo de recursos naturais demonstram maior capacidade de enfrentar crises ambientais e econômicas, mantendo-se coesão social e autonomia. Esse aspecto evidencia que o desenvolvimento sustentável, quando alinhado aos princípios afrocentrados, não é apenas ambientalmente eficiente, mas também socialmente justo, fortalecendo-se comunidades historicamente marginalizadas e promovendo-se equidade intergeracional (Diop, 1987).

E, ainda desafia a colonialidade do saber e do poder que sustenta o atual modelo de desenvolvimento global. A descolonização epistemológica proposta pela afrocentricidade, implica reconhecer que o desenvolvimento sustentável não pode ser imposto a partir do centro de poder ocidental, mas deve emergir do diálogo entre diferentes epistemes. Essa pluralidade de perspectivas possibilita a construção de políticas públicas justas, culturalmente sensíveis e ambientalmente responsáveis (Quijano, 2000),

⁸Tradução livre: [...] the person only exists to the extent that he or she participates in the Community (Mbiti, 1990, p. 33).

Em síntese, a epistemologia afrocentrada oferece a abordagem integral e transformadora para o desenvolvimento sustentável. Ao valorizar a interconexão, o conhecimento ancestral, a comunalidade e a descolonização do saber, fornece ferramentas para repensar práticas sociais, ambientais e econômicas de maneira ética, inclusiva e culturalmente apropriada. As contribuições transcendem o discurso teórico, pois oferece alternativas concretas para enfrentar desafios contemporâneos, promovendo-se equilíbrio ecológico, justiça social e preservação cultural.

DESCOLONIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

A descolonização do conhecimento, é um dos pilares centrais da epistemologia afrocentrada e representa o processo crítico de questionamento e reconfiguração das estruturas epistemológicas que, historicamente marginalizaram saberes africanos e de outros povos não ocidentais. Esse processo busca desafiar a hegemonia do conhecimento eurocêntrico, que por séculos consolidou-se como a referência universal para a produção intelectual, acadêmica e científica, desvalorizando-se tradições, epistemologias e práticas culturais de sociedades colonizadas.

Ao abordar o orientalismo, Said (1978) demonstra como os discursos eurocêntricos construíram a narrativa que objetivava justificar e naturalizar relações de poder desiguais entre o Ocidente e o Oriente. Essa perspectiva evidencia que a produção de conhecimento não é neutra, mas historicamente situada, e que padrões dominantes de validação do saber refletem interesses políticos e culturais específicos. Nesse sentido, a descolonização do conhecimento envolve a problematização dessas estruturas de poder, reconhecendo-se a validade de epistemologias alternativas e promove ambiente que múltiplas perspectivas possam coexistir de maneira equitativa (Said, 1978).

Ou seja, trata-se de processo de crítica às formas dominantes de produção e validação do conhecimento, que impuseram padrões universais de racionalidade e objetividade em detrimento das epistemologias locais, ancestrais e comunitárias. Como afirma Santos (2018), não há justiça social global sem justiça cognitiva global, indicando-se que, a transformação das estruturas de poder passa, necessariamente, pela valorização das diversas formas de saber. Emerge assim, dos contextos de resistência e das experiências históricas de povos que sofreram as consequências do colonialismo e da exploração. Assim sendo, a descolonização não se restringe à inserção de novos conteúdos curriculares, mas implica repensar as bases epistemológicas que sustentam as práticas

pedagógicas, as ciências e as instituições.

No contexto africano, a descolonização do conhecimento passa pelo resgate da centralidade africana na narrativa histórica e intelectual. Para Asante (2023), colocar a África no centro da análise histórica e cultural não é apenas reparação simbólica, mas necessidade epistemológica que permite a reconstrução de paradigmas coerentes com a realidade africana e afrodescendente. Por conseguinte, Diop (1987) enfatiza que compreender as civilizações africanas pré-coloniais é fundamental para desconstruir mitos e distorções históricas que foram naturalizadas pelo pensamento eurocêntrico.

Figura 2: Justiça e Transformação Social.



Fonte: Elaborado pelos autores e desenvolvido pela IA.

Disponível em: <<https://chatgpt.com/c/6a1c2c06-7278-83e9-a067-29b096886751>>

Acesso em: 31 mai. 2026.

Isso porque será a partir dessa compreensão, que o espaço educacional torna-se terreno fértil para práticas descolonizadoras. Nesse viés, Walsh (2009) argumenta que, a educação deverá ser espaço de insurgência epistemológica, no qual os saberes indígenas, afrodescendentes e populares possam dialogar com o conhecimento acadêmico, rompendo-se com o paradigma monocultural. De acordo com a autora, o objetivo não é apenas incluir novos saberes, mas refazer o próprio sentido do que se entende por conhecimento.

Ao passo que, na perspectiva ampla, a descolonização do conhecimento também implica reconhecer o papel político das epistemologias subalternas na construção de sociedades justas. Contudo, vale ressaltar que, o pensamento decolonial não é simples retorno ao passado, mas reconstrução crítica que busca novas formas de convivência, diálogo e solidariedade entre os povos. Para Dussel (2013, p. 67), por exemplo, a libertação epistemológica é a condição para a libertação política, indicando-se que, a emancipação do pensamento é fundamental para o enfrentamento das desigualdades estruturais.

Em conformidade, a descolonização do conhecimento se manifesta em diversas áreas. Na educação, por exemplo, implica a revisão de currículos e metodologias que tradicionalmente privilegiam a história, a ciência e a filosofia ocidentais, incorporando-se conteúdos que valorizem a cultura africana e afrodescendente. Processo esse, que não busca excluir o conhecimento ocidental, mas equilibrar narrativas, reconhecendo-se saberes marginalizados e promovendo-se a pluralidade epistemológica. Dessa forma, a descolonização contribui para a formação de estudantes críticos, conscientes da identidade cultural e capazes de questionar estruturas de poder e preconceito (Nascimento, 2018).

Na ciência e na pesquisa, a descolonização do conhecimento envolve reconhecer práticas e saberes tradicionais que foram historicamente desconsiderados, como as medicinas tradicionais africanas, os sistemas de agricultura sustentável e as formas de governança comunitária, uma vez que, a medicina tradicional africana incorpora conhecimentos complexos sobre saúde, espiritualidade e ambiente, que podem complementar a medicina moderna, pois oferece abordagens integradas e culturalmente sensíveis. Ao valorizar esses saberes, a descolonização desafia a hierarquia que coloca a ciência ocidental como única fonte legítima de conhecimento (Janzen, 2002).

Além disso, a descolonização do conhecimento promove transformações sociais e culturais significativas. Ao resgatar a história e os saberes africanos, fortalece-se a autoestima e a identidade de populações, historicamente marginalizadas. Ao passo que, a emancipação intelectual está intrinsecamente ligada à emancipação política e social, pois somente reconhecendo-se e validando-se os próprios saberes, é possível construir sociedades justas e equitativas. Dessa forma, a epistemologia afrocentrada e o processo de descolonização do conhecimento, constituem ferramentas para combater desigualdades estruturais e promover justiça epistemológica (Nkrumah, 1964).

Além disso, a descolonização do conhecimento é prática transformadora que questiona a

centralidade eurocêntrica na produção intelectual e valoriza a pluralidade de saberes, experiências e perspectivas culturais. Ao integrar epistemologias afrocentradas, reconhecer o conhecimento ancestral e promover a participação comunitária, esse processo contribui para a construção do saber inclusivo, ético e socialmente engajado, evidenciando-se que, conhecimento e poder estão interligados.

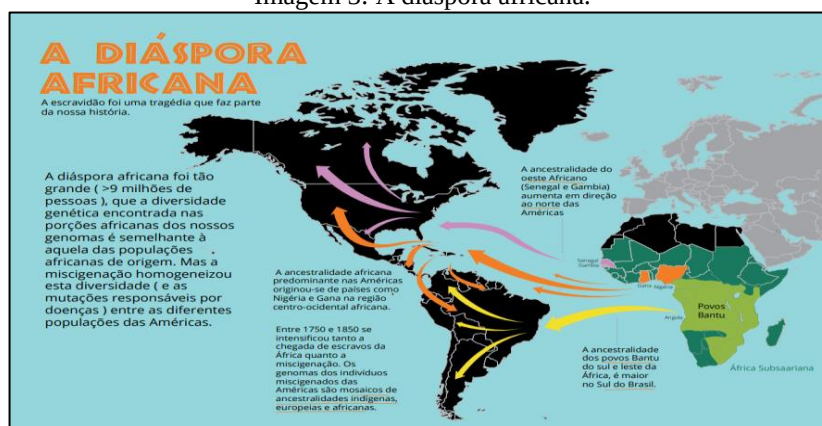
IMPACTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIOCULTURAIS

Em ato contínuo, a epistemologia afrocentrada exerce impactos duradouros sobre a sociedade e a cultura, promovendo-se mudanças significativas tanto no nível individual quanto coletivo. Ao colocar a África e a diáspora africana no centro da produção de conhecimento, essa abordagem contribui para a valorização da identidade cultural de povos historicamente marginalizados, fortalecendo-se a autoestima, a memória histórica e a consciência social. De modo que, a centralidade africana no discurso intelectual não apenas resgata a dignidade de indivíduos e comunidades afrodescendentes, mas também amplia o horizonte epistemológico, possibilitando-se a construção de paradigmas inclusivos e representativos (Asante, 2023).

No campo educacional, a epistemologia afrocentrada oferece oportunidade única de transformação sociocultural. Inclusive, a incorporação de conteúdos afrocentrados em currículos escolares, permite que estudantes negros reconheçam as raízes históricas e culturais, promovendo-se a representatividade e fortalecendo-se a identidade étnico-racial. Ao mesmo tempo, estudantes de outras origens culturais são estimulados a compreender e valorizar a diversidade, favorecendo-se o desenvolvimento de atitudes de empatia, respeito e consciência crítica. Nesse contexto, a educação deixa de ser apenas instrumento de transmissão de conhecimento, tornando-se ferramenta de transformação social e de promoção da justiça histórica e cultural (Nascimento, 2018).

Em outras palavras, propõe a pedagogia libertadora que reconhece a pluralidade de saberes e valoriza a ancestralidade africana como fundamento de identidade, resistência e transformação social, visto que, a educação brasileira reproduz práticas e currículos marcados pela visão eurocêntrica, que invisibiliza a história e as contribuições dos povos africanos. A inserção da perspectiva afrocentrada, portanto, é o movimento de descolonização do conhecimento, que visa reconstruir as narrativas sobre a formação da sociedade brasileira e questionar os dispositivos ideológicos que sustentam o racismo estrutural (Munanga, 2019).

Imagem 3: A diáspora africana.



Fonte: Geokratos (2024).

Disponível em: <<https://www.geokratos.ggf.br/2024/05/a-diaspora-africana.html>>.

Acesso em: 11 out. 2025.

Desse modo, dialoga com o pensamento de hooks (2019), que defende a educação engajada e emancipadora, pautada no amor, no reconhecimento e na valorização das identidades subalternizadas. Essa perspectiva rompe com a neutralidade científica e propõe a prática pedagógica que seja, ao mesmo tempo, política e afetiva, capaz de construir espaços de pertencimento e fortalecer as subjetividades negras. A escola, nesse contexto, deve ser vista como espaço de resistência, onde o conhecimento serve para reconstituir memórias, valorizar saberes ancestrais e promover a equidade racial.

Ademais, desafia o modelo tradicional de conhecimento fragmentado e hierarquizado, propondo-se a abordagem holística e interconectada da realidade. Como afirma Noguera (2020), a perspectiva afrocentrada entende o saber como relacional e coletivo, em oposição à lógica individualista do pensamento ocidental moderno. Essa concepção de conhecimento amplia o campo da educação, possibilitando-se o desenvolvimento de metodologias que integram arte, oralidade, espiritualidade e experiência comunitária como dimensões legítimas da aprendizagem (Noguera, 2020)⁹.

De igual modo, a epistemologia afrocentrada também impacta o campo da saúde e do bem-estar, ao reconhecer e valorizar o conhecimento ancestral africano. As práticas tradicionais, como o uso de plantas medicinais, rituais de cura e saberes comunitários, não apenas contribuem

⁹Tradução livre: Therefore, it is an indispensable tool for building an anti-racist, democratic, and pluralistic education. By recognizing and incorporating African and Afro-Brazilian knowledge, the school becomes a space for social transformation, contributing to the formation of critical individuals who are aware of their historical and cultural identity. It is, therefore, an ethical and political commitment to the reconstruction of knowledge and the promotion of cognitive justice, as Santos proposes, stating that there is no social emancipation without the appreciation of Southern epistemologies (Santos, 2010, p. 27).

para a manutenção da saúde física e espiritual, mas também fortalecem os laços sociais e a coesão comunitária. Ao integrar saberes tradicionais com práticas contemporâneas de saúde, é possível criar modelos de cuidado culturalmente sensíveis e inclusivos, que respeitam a diversidade e fortalecem o protagonismo das comunidades locais (Janzen, 2002).

Portanto, torna-se ferramenta indispensável para a construção da educação antirracista, democrática e plural. Ao reconhecer e incorporar os saberes africanos e afro-brasileiros, a escola se torna espaço de transformação social, pois contribui para a formação de sujeitos críticos e conscientes da identidade histórica e cultural. Trata-se de compromisso ético e político com a reconstrução do conhecimento e com a promoção da justiça cognitiva, conforme propõe Santos (2010), ao afirmar que não há emancipação social sem a valorização das epistemologias do Sul.

Outrossim, no âmbito do desenvolvimento sustentável, a epistemologia afrocentrada oferece abordagem inovadora e holística. A interconexão entre seres humanos, natureza e sociedade, princípio central dessa epistemologia, promove práticas de preservação ambiental, manejo sustentável de recursos e desenvolvimento comunitário. Os saberes africanos tradicionais são fontes de soluções para problemas contemporâneos, como degradação ambiental e mudanças climáticas, pois incorporam práticas que equilibram as necessidades humanas com a preservação do ecossistema. Assim, a epistemologia afrocentrada contribui para a construção de sociedades sustentáveis, pois integra dimensões culturais, sociais e ambientais (Maathai, 2014).

Os impactos socioculturais da epistemologia afrocentrada não se limitam a indivíduos ou comunidades específicas; reverberam na sociedade em geral. Ao desafiar paradigmas eurocêntricos e propor a descolonização do conhecimento, essa abordagem contribui para a democratização do saber e a valorização de múltiplas formas de conhecimento. A descolonização do conhecimento, envolve o questionamento de hierarquias estabelecidas, promovendo-se a inclusão de perspectivas historicamente negligenciadas. Nesse sentido, a epistemologia afrocentrada constitui ferramenta de resistência cultural e intelectual, fortalecendo-se práticas de solidariedade, justiça social e empoderamento coletivo (Said, 1978).

Além disso, a valorização do conhecimento compartilhado fortalece redes sociais e comunitárias, promovendo-se a cooperação, reciprocidade e responsabilidade coletiva. O conhecimento construído de forma colaborativa não apenas enriquece a compreensão sobre o mundo, mas também consolida práticas sociais que promovem equidade, participação cidadã e engajamento comunitário. Assim, a epistemologia afrocentrada contribui para a construção de sociedades justas e inclusivas, nas quais a diversidade cultural é reconhecida como valor

fundamental e não como obstáculo (Nkrumah, 1964).

Em síntese, os impactos e contribuições socioculturais da epistemologia afrocentrada são múltiplos e interligados, pois abrangem a valorização da identidade e da memória cultural, a transformação educacional, a promoção de práticas de saúde culturalmente sensíveis, o fortalecimento da sustentabilidade ambiental e a democratização do conhecimento. Ao integrar princípios de descolonização e interconexão e communalidade, a epistemologia afrocentrada não apenas enriquece o debate acadêmico, mas também oferece soluções práticas e éticas para desafios sociais contemporâneos. Dessa forma, reafirma-se a relevância como abordagem transformadora, capaz de articular saberes históricos e contemporâneos, tradição e inovação, indivíduo e comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A epistemologia afrocentrada emerge como abordagem transformadora que desafia paradigmas estabelecidos e oferece alternativas inovadoras para compreender a produção de conhecimento, a educação, a saúde, a sustentabilidade e a organização social. Ao colocar a África e a diáspora africana no centro da reflexão epistemológica, essa perspectiva possibilita a revisão crítica das estruturas de poder que historicamente marginalizaram saberes, experiências e culturas afrodescendentes. Essa centralidade não é apenas simbólica; representa a reconstrução ética, cultural e intelectual que busca restituir a dignidade histórica de povos que, por séculos, tiveram as contribuições negligenciadas ou subestimadas.

Ao longo do desenvolvimento desse artigo, evidenciou-se que os pilares da epistemologia afrocentrada, perspectiva afrocentrada, conhecimento ancestral, interconexão, communalidade e descolonização, são elementos integrados que se articulam para promover compreensão ampla, holística e inclusiva da realidade. A valorização do conhecimento ancestral, por exemplo, demonstra como práticas culturais, medicinais e sociais transmitidas ao longo de gerações, são capazes de oferecer respostas relevantes aos desafios contemporâneos, sem reduzir a ciência moderna ao único paradigma legítimo. Essa integração fortalece a ideia de que diferentes formas de saber podem coexistir e se complementar, promovendo-se o diálogo enriquecedor entre tradição e inovação.

No campo educacional, a epistemologia afrocentrada revela-se ferramenta estratégica para a promoção da representatividade, da identidade cultural e da justiça social. Ao incluir conteúdos

que valorizam a história, a cultura e as contribuições africanas e afrodescendentes, as práticas pedagógicas estimulam o pensamento crítico, a empatia e a consciência social, transformando-se o processo de aprendizagem em espaço de valorização da diversidade e fortalecimento da autoestima. Além disso, ao reconhecer o papel da coletividade na construção do conhecimento, a abordagem afrocentrada reforça a importância do engajamento comunitário e do compartilhamento de saberes, promovendo-se a educação que transcende a sala de aula e impacta a sociedade de forma ampla.

Nesse sentido, a educação afrocentrada não se limita a transmitir informações, mas busca formar sujeitos críticos e socialmente engajados, capazes de compreender e transformar a realidade, valorizando-se dessa forma os saberes populares, as tradições e as experiências coletivas. Assim, a epistemologia afrocentrada contribui para a construção da educação antirracista, inclusiva e emancipadora, que prepara os estudantes para atuarem de forma consciente, crítica e solidária na sociedade.

No contexto social e ambiental, os princípios da interconexão e da comunalidade, apresentam contribuições significativas. A compreensão de que os seres e a natureza estão interligados, estimula práticas sustentáveis e modelos de desenvolvimento que priorizam o equilíbrio entre necessidades humanas e preservação ambiental. Ao mesmo tempo, a valorização da coletividade fortalece redes de solidariedade, cooperação e responsabilidade social, promovendo-se sociedades justas, inclusivas e resilientes. Logo, a epistemologia afrocentrada não se limita à esfera teórica; oferece soluções concretas para desafios contemporâneos, articulando-se valores éticos, culturais e ecológicos.

Sob essa perspectiva, o primeiro momento foi destacado que, ao compreender o planeta como organismo vivo e interdependente, a epistemologia afrocentrada estimula práticas sustentáveis, nas quais o uso dos recursos naturais ocorre de forma equilibrada, respeitando-se os ciclos ecológicos e as necessidades das futuras gerações.

Assim, quando aplicada ao desenvolvimento social, a communalidade promove relações baseadas na cooperação, solidariedade e responsabilidade compartilhada, em contraste com o individualismo e a competição característicos dos modelos ocidentais. Esse modo de pensar reforça a importância da empatia, da justiça social e da inclusão como pilares para sociedades resilientes e igualitárias.

A descolonização do conhecimento, por sua vez, constitui elemento crucial para a transformação epistemológica e social. Ao questionar hierarquias de saber impostas por

paradigmas dominantes, a epistemologia afrocentrada possibilita a inclusão de perspectivas historicamente negligenciadas e amplia o horizonte da produção científica, cultural e educacional. Esse movimento de desconstrução e reconstrução intelectual é, ao mesmo tempo, ato de resistência e estratégia de emancipação, capaz de ressignificar a relação entre indivíduo, comunidade e sociedade. Através desse processo, a epistemologia afrocentrada promove não apenas a justiça epistemológica, mas também o fortalecimento de identidades culturais, pois oferece caminhos para a valorização da diversidade e para a construção do mundo equitativo.

Dessa forma, simboliza ato de resistência, porque o enfrenta séculos de exclusão e invisibilização de saberes africanos e afrodescendentes; e, é também estratégia de emancipação, pois permite que comunidades marginalizadas recuperem a voz, a história e o papel na construção do pensamento universal. Que ao ‘ressignificar a relação entre indivíduo, comunidade e sociedade’, a epistemologia afrocentrada propõe nova ética do conhecimento, baseada na coletividade, na solidariedade e no respeito à diversidade.

Em síntese, as considerações finais ressaltam que, a epistemologia afrocentrada vai além de proposta acadêmica; constitui prática transformadora, capaz de articular saberes ancestrais, princípios éticos e estratégias de intervenção social. Ao integrar perspectiva histórica, conhecimento tradicional, interconexão, communalidade e descolonização, essa abordagem oferece a visão de mundo inclusiva e humanizada, que reconhece a importância da diversidade cultural, da sustentabilidade e da justiça social. Portanto, a epistemologia afrocentrada reafirma a relevância contemporânea, não apenas como campo de estudo, mas como ferramenta de transformação social, educativa, ambiental e cultural, reafirmando-se a centralidade da África e da diáspora africana na construção do conhecimento verdadeiramente plural e emancipatório.

REFERÊNCIAS

ASANTE, Molefi Kete. **A história da África**: a busca pela harmonia eterna. Tradução de Caesar Souza. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2023.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Tradução de Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 2014.

DIOP, Cheikh Anta. **A África pré-colonial**. Tradução de José Carlos Sebe Bom Meihy. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1987.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da libertação na América Latina**. Tradução de Luiz João Gaio. Petrópolis: Vozes, 2013.

hooks, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. 2. ed. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

JANZEN, John. **Medicina tradicional africana**. Tradução de Antônio Carlos Pacheco. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

MAATHAI, Wangari. **A África que nós queremos**. Tradução de Marcos Pereira. Rio de Janeiro: Editora Record, 2014.

MBITI, John. **African religions and philosophy**. Oxford: Heinemann, 1990. (Tradução nossa)

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Autêntica Editora, 2019.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **A África na sala de aula**. São Paulo: Editora Cortez, 2018.

NKRUMAH, Kwame. **Consciencismo**. Tradução de Pedro Luiz de Albuquerque. Lisboa: Edições 70, 1964.

NOGUERA, Pedro. Equity and excellence in education: toward a theory of change. Harvard Educational. **Review**, v. 90, n. 2, p. 345-367, 2020. (Tradução nossa)

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

SAID, Edward. **Orientalismo**. Tradução de Roberto Leal. Rio de Janeiro: Editora Record, 1978.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo**: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

SANTOS, Djamila Ribeiro. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

WALSH, Catherine. **Interculturalidade, descolonização do estado e do conhecimento**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2009. p. 35–73.